



CATÓLICA

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA | PORTO

Parecer da CAL sobre o 3º Relatório Anual de Progresso do Contrato de Autonomia

1. A CAL louva os resultados obtidos pela escola, não só porque são de elevada qualidade, mesmo comparados com as médias nacionais, mas também e sobretudo porque revelam a sua sustentabilidade ao longo dos anos. Tais resultados levam-nos a dizer que o Contrato de Autonomia desta Escola tem representado uma mais-valia significativa e que o seu Director tem conduzido a ESCT para muito bons níveis de qualidade, alicerçado num elevado desempenho profissional dos profissionais que aqui trabalham e num forte envolvimento da comunidade local.

2. As muito reduzidas taxas de abandono escolar no ensino secundário constituem um bom ponto de partida para vir a alcançar com rapidez e qualidade educacional o objectivo político nacional de prolongar a escolaridade universal e obrigatória até aos 12 anos.

3. A CAL volta a sublinhar o facto de os alunos beneficiários da ASE obterem melhores resultados escolares do que os restantes alunos, o que configura quer uma boa prática de atenção e apoio educativo quer uma prova de que o nível socioeconómico das famílias não constitui uma fatalidade social e escolar. Além disso, a "injecção" de 260.000 euros oriundos da ASE nas cerca de 247 famílias mais carenciadas representa um investimento significativo com real impacto na valorização social da escola, na prevenção do abandono e no aproveitamento escolar dos alunos. Também fica claro que a redução drástica destes apoios pode ter repercussões muito negativas na vida da escola e da comunidade local. A promoção de oportunidades iguais para todos continua a ser um objectivo cumprido pela ESCT.

4. A CAL entende que o ligeiro decréscimo em alguns resultados escolares, neste ano, se ficam a dever a dois factos principais: às obras permanentes em que a escola esteve e está ainda envolvida, com permanentes mudanças e ainda ao impacto negativo gerado sempre que há movimentação dos efectivos do corpo docente, por força do concurso nacional. Tal circunstância apela a uma maior fixação dos recursos docentes em cada escola. Neste aspecto a CAL apoia o relatório do Director, que solicita maior autonomia na contratação e manutenção dos docentes.

5. Assistiu-se a uma redução da percentagem de alunos a frequentar cursos de dupla certificação, geral e profissional. A CAL entende que o objectivo de atingir a paridade na procura dos dois tipos de cursos, gerais e profissionais, não deve constituir uma fixação obsessiva da direcção, antes deve ser tomado como uma referência. O que é de facto relevante é que os jovens tenham acesso a várias oportunidades de escolha e uma cuidada orientação escolar e profissional. Sobre este aspecto valeria a pena obtermos dados mais cuidados sobre a acção do Psicólogo contratado.

6. A CAL apoia a perspectiva de a ESCT adoptar as metas previstas pelo ME para 2015, sem prejuízo de se manterem os indicadores já estabilizados de análise de resultados da escola.

7. A CAL, apoiando o relatório do Director, lamenta também a falta de reacção das estruturas centrais do ME em relação aos relatórios do ano anterior. Este facto representa um sinal pouco positivo no que se refere ao apoio político à autonomia das escolas. A CAL entende que o ME deve abrir de imediato o processo de negociação do novo Contrato de Autonomia. Só assim se dignifica a acção do Estado e se valoriza o trabalho desenvolvido nesta e noutras escolas com Contrato de Autonomia.

Joaquim Azevedo